

Negro(a)s na mídia brasileira: estereótipos e discriminação ao longo da formação social brasileira

Bruna da Paixão Santana*; Everton Melo da Silva**;
Yanne Angelim***

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo contribuir para reflexões críticas sobre a abordagem dos meios de comunicação em relação à representatividade social do(a)s negro(a)s na formação social brasileira. Buscamos levantar alguns aspectos do debate crítico em relação à tão propalada ideia de "harmonia étnico-racial", do "bom convívio" entre as diferentes classes e etnias na sociedade brasileira, bem como da "igualdade de oportunidades" nas relações da sociabilidade capitalista.

Palavras-chave: "questão social"; questão étnico-racial; formação social brasileira; mídia.

Blacks in the Brazilian Media: Stereotypes and Discrimination over the Course of Brazil's Social Formation

Abstract:

This article seeks to contribute to critical reflections on media representation of blacks in the formation of Brazilian society. We try to highlight some aspects of the critical debate on the celebrated idea of "ethno-racial harmony" and "good coexistence" between the different classes and ethnic groups of Brazilian society, as well as the "equal opportunities" in the relations of capitalist sociability.

Keywords: "Social question"; ethno-racial questions; Brazilian social formation; media.

* Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe, Aracaju-SE, Brasil. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GPEM/UFS). E-mail: brunadapaixao@outlook.com.br

** Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas, Maceió-AL, Brasil. Pesquisador do GPEM/UFS. Bolsista CAPES. E-mail: evertonmsilva@outlook.com.br

*** Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, Aracaju-SE, Brasil. Pesquisadora do GPEM/UFS. E-mail: yanneufs@gmail.com

Introdução

Existe um estigma que envolve a imagem do(a) negro(a) em grande parte dos meios de comunicação no Brasil. Além desses que totalizam mais de 112,7 milhões de pessoas negras (pardas e pretas), segundo o PNAD/IBGE (2016), terem uma baixa representatividade na mídia, sua imagem aparece sempre relacionada a estereótipos que reforçam o preconceito e o racismo. Examinar o tipo de representatividade do(a) negro(a) exposto pela grande mídia implica levantar alguns elementos essenciais que particularizam a situação de desigualdade social historicamente estabelecida na sociedade brasileira.

O debate a respeito da questão social e da questão étnico-racial é imprescindível à análise proposta pelo presente artigo. Ao situar o debate da questão social, reafirmamos o posicionamento de parte significativa dos teóricos de nosso campo de estudos, o Serviço Social, em consonância com a tradição marxista. Partimos do princípio de que sua gênese e seus fundamentos estão diretamente ligados ao período de desenvolvimento do capitalismo monopolista, momento em que as relações sociais de exploração do trabalho pelo capital são responsáveis pela ampliação das desigualdades sociais. Naquele momento histórico, o processo de pauperização não estava mais ligado à escassez da produção social como ocorria nos modos de produção anteriores, mas pelo inverso, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas (Netto, 2001).

Além da base estrutural que define esse conceito, outro fator importante que o fundamenta é a sua base subjetiva, ou seja, os desdobramentos sociopolíticos advindos da relação entre capitalistas e trabalhador(a)s, tendo como elementos intrínsecos ao desenvolvimento do capital o papel exercido pelo Estado e pelas lutas de classe no seu enfrentamento. Em linhas gerais, são esses os elementos que determinam a questão social. Porém, não são suficientes para compreender as particularidades de cada formação social.

No caso do Brasil, a questão racial está no cerne de suas particularidades sócio-históricas dando o traço também particular à questão social. Os dados expostos por Martins (2013) comprovam esta afirmação, na medida em que mostram que as desigualdades consequentes da relação capital/trabalho atingem principalmente a população negra do país:

Como se explica que, no âmbito de uma sociedade capitalista – e estou me referindo à sociedade brasileira –, onde a propriedade privada dos meios de produção e a exploração do trabalho pelo capital afetam indistintamente a classe trabalhadora, os/as mais pobres sejam exatamente aqueles/as de descendência africana? Como explicar que quase 70% dos que tem renda familiar per capita inferior R\$ 70 mensais – e por isso se vinculam ao Programa Bolsa Família – são pretos e pardos? Que associação é essa entre cor/raça e pobreza? (Martins, 2013, p.12-13).

Somam-se a esse outros fatores explorados pela autora que evidenciam o traço étnico-racial da questão social no Brasil: na concentração de preto(a)s e pardo(a)s nos postos de trabalho mais vulneráveis, sem carteira assinada, mal remunerados e com grande rotatividade; nos dados a respeito do desemprego, até mesmo entre aquele(a)s que possuem o mesmo nível de escolaridade que o(a)s branco(a)s; nos rendimentos salariais; no índice de analfabetismo etc. Esses têm sido os principais elementos que definem a posição da maioria do(a)s negro(a)s na constituição do capitalismo no Brasil, que ao longo de sua história combinou a excessiva exploração à ausência de direitos para essa parcela da população.

Embora a pobreza no Brasil tenha cor e raça definidas, não é o racismo que a determina, conforme explica Martins (2013). Como supramencionado, o que determina a pobreza é a relação de exploração do trabalho existente entre capitalistas e trabalhadore(a)s, onde a riqueza passa a ser socialmente produzida, porém privadamente apropriada. O que se deve destacar no que tange ao capitalismo brasileiro é que “[...] não podemos tomar essas determinações como exclusivas para a análise da condição social dos/as trabalhadores/as negros/as e de sua inserção quantitativa nas várias expressões da ‘questão social’” (Martins, 2013, p.13).

A autora afirma que duas ordens de fatores são essenciais para entender essa particularidade: primeiro, a marca do regime escravocrata no desenvolvimento do capitalismo brasileiro; segundo, o que ocorreu no processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, havendo nesse processo uma grande desqualificação do negro(a) para assumir o trabalho assalariado. A negação do acesso ao mercado de trabalho com base no critério de raça evidencia o racismo como adjetivo que caracteriza a questão social no Brasil.

Esse tipo de postura de exclusão do(a) negro(a) do mercado de trabalho nascente, o descaso do Estado na negação de direitos aos “não cidadãos” e a consequência desses fatores na própria organização política da população negra no país, tiveram como reforço uma postura ideológica no período pós-abolicionista. Florestan Fernandes (2007) identifica essa postura a um fator importante, o mito da “democracia racial”, que perdura ainda hoje na forma velada de lidar com o racismo. Trata-se de uma ideologia que serviu e serve para mistificar características essenciais que configuram a desigualdade social brasileira, pois dissemina a falsa ideia de que existe uma condição de igualdade entre as “raças” baseada na democratização da renda, do poder e do prestígio social, o que já foi amplamente desmistificado pelo autor e por recentes pesquisas que demonstram o contrário.

[...] não se processou uma democratização real da renda, do poder e do prestígio social em termos raciais. As oportunidades surgidas foram aproveitadas pelos grupos melhor localizados da “raça dominante”, o que contribuiu para aumentar a concentração racial da renda, do poder e do prestígio social em benefício

do branco. No contexto histórico surgido após a Abolição, portanto, a ideia da “democracia racial” acabou sendo um expediente inicial (para não enfrentarem os problemas decorrentes da destituição do escravo e da espoliação final de que foi vítima o antigo agente do trabalho) e uma forma de acomodação a uma dura realidade (que mostrou como as “populações de cor” nas cidades em que elas se concentraram, vivendo nas piores condições de desemprego disfarçado, miséria sistemática e desorganização social permanente). [...]. Sob a égide da ideia de democracia racial justificou-se, pois, a mais extrema indiferença e falta de solidariedade para com o setor da coletividade que não possuía condições próprias para enfrentar as mudanças acarretadas pela universalização do trabalho livre e da competição (Fernandes, 2007, p. 45-46).

Como adverte o autor, existe por trás do conceito de “democracia racial” um mito cruel que acaba imputando à população negra a condição social de extrema vulnerabilidade vivenciada pela maioria, desconsiderando totalmente os condicionantes histórico-sociais impostos pelo período escravocrata e pelo pós-abolição, com total desresponsabilização do Estado brasileiro e da classe dominante em dar condições de vida e trabalho para essa parcela significativa da sociedade.

A mistificação das bases da questão social e de sua particularidade relacionada à questão étnico-racial tem sido fatores limitantes para a superação dos aspectos aqui levantados, tendo em vista que o comportamento do brasileiro, em geral, diante do “problema racial”, ainda está impregnado pela ideia do mito da “democracia racial” e, muitas vezes, pelo próprio preconceito explícito¹. Essa mistificação pautada pelo pensamento conservador foi, ao longo da formação social brasileira, legitimada e recebeu o reforço dos meios de comunicação, em especial da grande mídia, retratando o(a) negro(a) a partir dos estereótipos raciais pejorativos constituídos historicamente. Ainda hoje, os grandes veículos de comunicação reforçam e ampliam esta imagem para a maioria da população do país que, não por coincidência, é majoritariamente negra.

A representação histórica do(a) negro(a) na mídia brasileira

O debate racial tem em nossa história um marco importante: o período em que se coloca a inviabilidade do sistema escravocrata como modelo produtivo no período em que o capitalismo toma os rumos para sua maturidade. Esse processo transitório, em termos de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, trouxe

¹ Um exemplo do convívio que temos hoje em relação ao preconceito explícito à população preta e parda do país pode ser facilmente demonstrado por meio das denúncias de ofensas racistas que ocorrem, principalmente, nas redes sociais.

consigo as marcas que particularizam essa formação social e, conseqüentemente, as expressões da questão social no país (Santos, 2012), mas não só isso. Esse período é também responsável por dar “cor e forma” a essas expressões, sendo de fundamental importância compreender as mediações existentes entre questão social e questão étnico-racial para entendermos nossa realidade atual (Martins, 2012).

Partindo desse marco transitório, o estudo de Schwarcz (1987) faz uma análise do discurso dos principais jornais de São Paulo no período entre 1870 a 1900, mostrando como estes foram essenciais para a construção da imagem do(a) negro(a) durante o processo abolicionista e também na instituição da República. No cerne dos debates à época estavam justamente as tensões político-ideológicas a respeito da aceitação do fim da produção com base no trabalho compulsório e, ao mesmo tempo, se colocava a urgência de se construir uma nova identidade para edificar a nascente nação.

É importante destacar que o movimento abolicionista no Brasil ganha força principalmente com as pressões oriundas do processo de desenvolvimento capitalista, que ocorre em nível mundial, encabeçado pela Inglaterra. O elemento moral emerge somente como reforço ideológico a essa necessidade. Como afirma Martins (2012, p. 57), “muito mais que o combate à instituição da escravidão, o que estava em jogo eram os interesses econômicos”.

Somado a esse movimento de reivindicação das transformações das relações de produção, houve a preocupação de criar bases ideológicas condizentes com as novas relações de produção que se colocavam na ordem do dia. A nascente burguesia brasileira terá na ciência um grande suporte às suas ações, como analisa Skidmore (2012). Segundo o autor, antes do auge das ideias do abolicionismo, pouco ou nada se falava do problema da “raça” e seus rebatimentos nos processos sociais. Quando os debates abolicionistas se colocaram na ordem do dia, parte da classe dominante brasileira se apropriou do discurso científico que vigorava na Europa, ganhando força a concepção da teoria das “raças” que, apoiada nos argumentos de hierarquia racial, colocava a “raça” branca como superior e a negra como inferior (Moura, 1988). Esta concepção caiu como uma luva diante dos objetivos econômicos e políticos que se consolidavam.

A imprensa desempenhou um papel fundamental dando o suporte necessário para a legitimação dessas ideias, como analisa Schwarcz (1987, p. 40).

Esse tipo de discurso científico determinista que surge no final do século XIX prolifera também na imprensa da época. Nesta, a afirmação da inferioridade negra aparece não só nos grandes debates como também nas pequenas seções e nos diversos anúncios que compõem parte básica e cotidiana desses jornais. Não foi por mero acaso, por exemplo, que em 1888 Euclides da Cunha, intelectual que [...] aplicava em suas análises as teorias deterministas europeias da época, era acolhido

pela *Província de São Paulo* como colaborador da seção intitulada “Questão Social”. Euclides da Cunha foi um dos grandes divulgadores das teorias científicas em voga na Europa na época. Em seus artigos no *Estado de S. Paulo* citava Darwin, Spencer, Huxley, Comte e, em sua principal obra, *Os Sertões*, analisou o episódio de Canudos levando em conta dois fatores: a raça e a influência do meio. Acreditava na ideia de superioridade natural da raça branca, considerando a miscigenação prejudicial e o mestiço um desequilibrado.

Esse é somente um dos exemplos que a autora expõe em seu estudo sobre a postura da imprensa que, de diferentes formas, reforçou e também criou estereótipos negativos a respeito dos cativos e também dos libertos de então. Dois principais periódicos da época, *A Província de São Paulo*² e *O Correio Paulistano*³, se caracterizam por defender as ideias da classe dominante do período.

Guardadas as diferenças que configuravam esses jornais no período transitório analisado pela autora, o que se percebe em seus textos é que eles não distam em relação aos interesses que lhes são comuns, tendo uma postura semelhante no trato dos problemas sociais vivenciados pelos negro(a)s, ou melhor, o “problema” que estes causavam para a classe dominante branca. A perspectiva científica da época foi essencial para a construção jornalística na desqualificação da imagem do(a)s negro(a)s a partir da construção de estereótipos. Segundo Schwarcz (1987), é importante destacar que esses jornais, impregnados que estavam pela ideologia positivista, tinham nas seções “*científicas*” as principais matérias de seus editoriais. Além desta, outras seções também passaram a ser redigidas à luz dessas teorias, o que os distanciavam cada vez mais da linguagem religiosa, principal influência no período colonial. Tal influência aparece também nos princípios adotados pelos jornais que, ao tentar assumir uma postura investigativa nos moldes do cientificismo, colocavam-se como “imparciais”, “neutros”, apenas observadores dos “fatos”, comportamento ainda reforçado pelo jornalismo de hoje.

Apoiando-se a essa postura científica e “neutra, o discurso jornalístico conseguiu justificar e legitimar as mais negativas e pejorativas adjetivações da população negra. Para preto(a)s e mestiço(a)s, sempre criminalizado(a)s, eram atribuídas características “naturais da raça” a violência, a degeneração, a imoralidade, a preguiça, a inferiorização de suas capacidades intelectuais e, consequente-

² Hoje denominado O Estado de S. Paulo, este jornal surgiu do propósito dos integrantes do Partido Republicano em divulgar suas ideias.

³ Segundo Schwarcz (1987), O Correio de São Paulo foi criado em 1831, em meio a aberturas e fechamentos. Era o principal difusor das ideias do governo. Mais tarde, porém, em meio às incertezas no quadro político de meados do século XIX, coloca-se em postura ambígua e contraditória, ora defendendo os grupos conservadores, ora os republicanos.

mente, políticas – o que contribui para que a abolição fosse compreendida como concessão e não como uma conquista, invisibilizando a luta negra. Podemos observar tais características nos exemplos ilustrados por Schwarcz⁴:

Mais um assassino

[...] deu-se hontem às 10 horas da manham uma scena de sangue em que foi victima um *pai de família* maior de 60 annos. Entre alguns escravos tinha ele um moleque de nome Manoel, de *má índole, desobediente e inimigo* do trabalho. Tendo Manoel há dias saído de casa de seu senhor, a polícia aprendeu-o e mandou avisar a Manoel de Mattos que o soltou. Formou ele logo o plano de assassinar seu senhor e effectivamente matou-o [...]. (*Correio Paulistano*, 4 de dezembro de 1878 *apud* Schwarcz, 1987, p.165, grifos da autora).

Da mesma forma ocorria n’*A Província de São Paulo*:

Um carrasco

Lê-se no monitor sul mineiro: “há nessa província uma criatura encarcerada desde 1843 (44 annos) pelo assassinato perpetrado na pessoa de sua senhora e que só deixa as trevas do cárcere para mostrar-se na sombra do patíbulo. Chama-se Fortunato o *algoz* cuja vida resume tudo o que de mais torvo e miserável se pode imaginar da sociedade. *Nascido escravo bauriu nessa triste condição, os vícios, os infortúnios que a acompanham: embriaguez, ingratidão, ignorância, corrupção precoce. Tão damnosa semente não poderia deixar de produzir frutos da maldição.* Assim aconteceu: assassinou sua senhora e condemnado a morte, e salva sua cabeça da forca, subpassou para a tarefa de carrasco. Sempre a escravidão com seus horrores cuja *natureza embrutecida nada que assemelhe ao homem, nem a inteligência, nem a sensibilidade...* Fortunato como algoz público realizou 8 execuções...” (Província de São Paulo, 15 de agosto de 1887).

Os dois exemplos apresentam característicos comuns quanto à forma como se retratavam os crimes cometidos por negros. No primeiro, há um relato que expõe o contraste entre a personalidade de negros e brancos, um de “má índole” e o outro de “boa família”. No segundo exemplo, é ilustrativa a naturalização da personalidade dos negros. Além de reforçar a agressividade “inata” destes, os jornais não colocavam em questão a vida degradante a que eram submetidos e nem as consequências daí advindas. Como retrata a autora, os maus tratos vividos por esse povo eram vistos de forma positiva, como meio de controlar e moralizar os seus instintos.

⁴ Autora faz a transcrição mantendo a ortografia original da época.

Mesmo nas matérias em que esses jornais se colocavam a favor da abolição da escravatura, quando os acontecimentos políticos se encaminhavam efetivamente para este fim, a defesa se dava sob o ponto de vista dos interesses político-econômicos e não humanitários.

Outro importante jornal da época é analisado pela historiadora: *A Redenção*⁵. Apesar de se colocar enquanto republicano radical e defender a luta abolicionista de forma mais incisiva, este “[...] não deixava também de ‘esbarrar’ nos limites que o próprio momento lhe impunha.” (Schwarcz, 1987, p.184). Ou seja, ao mesmo tempo em que defendia a abolição, auxiliando até mesmo nas fugas dos cativos, seus redatores não acreditavam na capacidade do(a)s negro(a)s para liderarem sua própria luta. A imagem que deles(as) apresentavam não se distanciava muito do discurso de inferioridade que sempre sempre associavam a imagem deles à submissão e dependência. Suas falas não eram consideradas, nem mesmo quanto à forma de transição para outras relações de trabalho.

Orientações abolicionistas

[...] A abolição dever ser imediata para que não ocorra um cataclysmo [...] é melhor e mais consentâneo que se declares já livres todos os escravizados sujeitos a prestação de serviços por um certo número de anos e faça o governo indenização equitativa que a questão estará resolvida. (*A Redenção*, 9 de janeiro de 1887 *apud* Schwarcz, 1987, p.185).

Quando finalmente ocorre a abolição, mudam-se as preocupações em relação ao desenvolvimento nacional. Trata-se agora de refletir sobre qual “raça” melhor representaria o desenvolvimento rumo à civilização. Diante do consenso criado em relação aos estereótipos da população negra, esta será referenciada como influência negativa, sendo mantidas as adjetivações já recorrentes, porém surgindo uma nova caracterização que será essencial para conformar a posição da maioria da população negra na sociedade: o reforço do discurso a respeito da incompatibilidade do negro com o trabalho na sociedade capitalista que surgia (Martins, 2012, p.64). Os estereótipos já assinalados foram essenciais para garantir que o(a) negro(a) se mantivesse fora do mercado formal de trabalho. As consequências sociais advindas dessa negação serviram também para o contínuo reforço dessa imagem negativa.

Rodrigues (1988), ao analisar a produção do cinema brasileiro ao longo do século XX, mostra como essa imagem foi cada vez mais reforçada a partir das

⁵ Trata-se de um jornal de extensão menor que as anteriores e com posicionamento político mais radical, ligado ao grupo dos caifazes, defensores ilegais do abolicionismo. Possuía uma linguagem mais popular para a época (Schwarcz, 1987).

personagens construídas: o negro revoltado, o malandro, o favelado, o crioulo doido, a nega maluca, a mulata boa, etc. Mesmo quando se tenta atribuir características positivas, seja nos jornais de fins do século XIX ou nas produções cinematográficas do século XX, essas estavam associadas à internalização de hábitos e comportamentos do(a)s branco(a)s. Como ocorre também no final do século XIX, o negro(a) tem a sua história contada sob um ponto de vista que não é o seu.

Sem fugir da postura ideológica arraigada ao longo da formação social brasileira, a grande mídia tem se mostrado um competente espaço para a mistificação das bases estruturais que conformam a situação da população negra no Brasil, afirmando sua postura conservadora no trato dado às expressões da “questão social”. Como no século XIX, a população negra de hoje continua criminalizada, porém de forma menos explícita. Soma-se a isso a conformação de uma visibilidade estereotipada que, em sua grande parte, está associada à imagem depreciativa construída ao longo da história do país.

Negro(a)s na mídia hoje: a manutenção de estereótipos

[...] não é preciso uma longa análise hermenêutica para constatar que nos principais meios de comunicação de massa os negros ainda continuam sendo associados a antigos estereótipos como a “mulata sensual”, o “bandido” ou o “negro malandro”; e a profissões consideradas socialmente inferiores, como empregadas domésticas e jardineiros. Nas campanhas publicitárias são raros os rostos de pele escura. (Ladeira, 2014, n.p.).

Respondendo ao trecho acima: não, não é preciso. Principalmente se levarmos em consideração a configuração que temos hoje dos nossos grandes meios de comunicação. A concentração desses é um dos elementos estratégicos na busca por legitimação do poder, com uma frequente reafirmação das estruturas sociais capitalistas que, através do reforço discursivo que as sustentam, criam consensos sociais. Conforme analisa Gramsci, para que um sistema produtivo possa, de fato, se firmar em uma dada sociedade, esse tem que criar novos hábitos, novos valores morais, há uma “[...] necessidade de elaborar um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho do processo produtivo [...]” (Gramsci, 2011, p. 334).

Assim ocorre com o Brasil que, em sua trajetória dentro do desenvolvimento capitalista de produção, encontrou nos meios de comunicação de massa importante ferramenta para propagar seus ideais. Em conformidade com as estratégias das classes dominantes que controlam o país, foram eficientes instrumentos na

disseminação e conformação dos valores ideológicos dessas classes desde a época imperial, passando pelos curtos momentos de abertura democrática e os longos períodos de autocracia, até o presente momento (Jambeiro, 2001; Pieranti, 2007).

Atualmente estes veículos de comunicação, sobretudo os televisivos⁶, são utilizados como terreno fértil para a propagação do novo ideário do sistema capitalista, reforçando os princípios e valores neoliberais no imaginário do senso comum. Tal tarefa é executada sem muitas dificuldades, dado o monopólio da informação composta por três grandes famílias de televisão: Marinho (Rede Globo), Saad (Rede Bandeirantes) e Abravanel (Sistema Brasileiro de Telecomunicação – SBT). Inclui-se a este grupo familiar empresarial a TV Record, comandada pela Igreja Universal do Reino de Deus.

Enquanto empresas capitalistas e exercendo também o monopólio do capital do setor das comunicações, a abordagem da “questão social” não se distancia do viés conservador que caracteriza sua história. A grande mídia brasileira continua a desempenhar sua função de reguladora da opinião pública, com base nas seguintes estratégias:

[...] reduzir ao mínimo o fluxo de ideias contestadoras – por mais que estas continuem existindo. A meta precípua é esvaziar análises críticas e expressões de dissenso, evitando atritos entre as interpretações dos fatos (notadamente os que afetam interesses econômicos, corporativos e políticos) e seu entendimento por parte de indivíduos, grupos e classes. O controle ideológico dificulta a participação de outras vozes no debate sobre os problemas coletivos, pois se procuram neutralizar óticas alternativas, principalmente as que se opõem à supremacia do mercado como âmbito de regulação de demandas sociais. Ao mesmo tempo em que minimiza questionamentos, a mídia não quer submeter-se a freios de contenção, alegando que exerce uma função social específica (informar a coletividade). Deseja situar-se sempre fora do alcance da regulação pública (no caso dos meios sob concessão). A opinião pública é induzida a pensar que só tem relevância aquilo que os veículos divulgam (Morais, 2010, p. 68).

Como estratégia adotada pela grande mídia para manter o status quo, reforça-se a imagem historicamente estigmatizada do(a)s negro(a)s, que permanecem associado(a)s a antigos estereótipos que o(a)s consideram delinquentes ou o(a)s mantêm na mais profunda invisibilidade. Perduram os ecos daquela mentalidade que vigorou no período pós-abolicionista e propagou, de maneira sutil e velada,

⁶ Os dados da Pesquisa Brasileira de Mídia revelam que, em 2016, 90% dos brasileiros se informavam pela televisão sobre os acontecimentos no país. Para 63%, a TV era o principal meio de informação. Neste sentido, “a TV é ainda potencial em diversos aspectos, formalizando-se como importante e primordial agência de poder na sociedade em rede contemporânea” (Barros; Richter, 2017, p. 12).

as ideias de que existe uma hierarquia entre as raças, sendo superior a branca e inferior a negra.

Dá-se visibilidade a uma imagem da maioria da população negra associando-a a estereótipos construídos no século XIX, tais como: a violência (como vítima ou, principalmente, como agressor), a falta de capacidade para reverter sua posição social de pobreza (pela inserção em ocupações precárias ou pela necessidade de acesso às políticas de assistência), a libido (colocando os homens como estupra-dores em potencial e as mulheres como objeto sexual) etc. Westrup (2015, n.p.) ilustra bem uma dessas características:

São [hoje] os programas policiaiscos responsáveis por reproduzir os jargões mais preconceituosos que acabam entrando no gosto popular, virando piadas e formas de abordagem que não só reproduzem o preconceito, mas, de forma proposital, distorcem a realidade de violência que jovens negros e negras vivenciam diariamente. São também os programas policiaiscos a mercadoria cada vez mais interessante para as empresas de comunicações, dado o nível de audiência alimentado pela abordagem sensacionalista. Isso, por si só, já explica a proliferação deste tipo de programação em todas as regiões do Brasil, com formato e horários praticamente iguais. A fórmula está pronta, basta aplicar e lucrar com ela.

A única diferença no trato dado ao(à)s negro(a)s do país entre a imprensa de meados do século XIX e os grandes veículos de comunicação atuais é a menção à cor da pele, que antes era necessário explicitar no texto escrito e hoje a própria imagem disseminada incumbe de escancarar o estereótipo. Como naquele período, o(a)s negro(a)s são condenado(a)s pela grande mídia de hoje por suas ações sem que, com isso, se questione as bases socioestruturais às quais a maior parte da população está submetida. Executa-se simplesmente a condenação, reforçando valores repressores e punitivos associados às políticas mais severas de segurança pública. Situação bastante recorrente quando observamos o trato que é dado ao debate acerca da maioridade penal como é de praxe nos programas sensacionalistas, a exemplo de programas como *Cidade Alerta*, da TV Record, e *Brasil Urgente*, da TV Bandeirantes.

Se de um lado, há uma extrema exposição de uma imagem estereotipada de violência e de conseqüente criminalização da população negra, de outro, o que se observa de forma recorrente é uma constante invisibilidade de negro(a)s em posições que não sejam degradantes. Um comentário de Angela Davis (*apud* Sacramento, 2014) ilustra bem esta questão: “sempre assisto TV no Brasil para ver como o país se representa e a TV brasileira nunca permitiu que se pensasse que a população é majoritariamente negra”. Apesar de alguns avanços que ocorreram nos últimos tempos, em especial com um maior número de negro(a)s em

papeis de destaque nas telenovelas ou ocupando espaços como comentaristas e/ou apresentadore(a)s de telejornais. Todavia, ao se considerar que o(a)s negro(a)s correspondem a 54% da população brasileira, percebe-se a uma sub-representação deste segmento.

De todas as grandes questões nacionais, nenhuma outra é mais dissimulada. O negro não está ausente apenas dos meios de comunicação em geral, mas também não comparece como uma entidade importante da vida nacional. O mesmo acontece nas novelas, nos filmes e nos comerciais de TV onde a sua presença não se dá de forma qualificada e na dimensão correta. [...] É como se quiséssemos todos – negros e brancos – fugir do assunto. De um lado, os brancos que fingem não discriminar e, de outro, os próprios negros fingindo não serem discriminados. “Elimina-se” o problema não o encarando. Essa política de avestruz foi e continua sendo eficaz no sentido de manter a maioria negra onde sempre esteve: à margem da cidadania (Santos, 2011, n.p.).

Essas observações assinalam bem o que foi relatado por Florestan Fernandes (2007): há um escamoteamento das bases que fundamentam a questão étnico-racial no país a partir do reforço das velhas posturas que foram (e ainda são) bastante convenientes para manter a ordem social conforme os interesses da classe dominante.

Considerações finais

Diante do exposto, vemos como os meios de comunicação do país sempre se articularam para construir discursos favoráveis aos objetivos delineados pela classe dominante, numa tentativa de forjar uma “[...] unidade de objetivos que resulte na coordenação de iniciativas e princípios ideológicos” para a formação do consenso (Moraes, 2010, p. 56). Desta forma é que a grande mídia articula os ideais particulares de uma única classe e, a partir do convencimento diário, dá coesão aos diferentes grupos sociais e cria uma vontade coletiva. É na manutenção da articulação e coesão entre as forças heterogêneas que essa classe garante a legitimidade de suas ações política, ideológica e cultural, mantendo sua hegemonia.

A permanência dessa hegemonia tem hoje na concentração dos meios de comunicação uma situação favorável, na medida em que é garantida a disseminação massiva de um discurso uníssono que corresponde apenas aos interesses particulares da classe dominante brasileira. O modelo de regulação ao qual estão submetidos os meios de comunicação no Brasil avaliza apenas o acesso dos pequenos grupos particulares (as oligarquias familiares, os grupos políticos locais nacionais e as igrejas) que, não por coincidência, são brancos e defendem

unicamente os seus interesses, calando a voz de milhões de brasileiro(a)s, em sua grande maioria negro(a)s, e suas formas de expressão cultural, seus projetos sociopolíticos, suas aspirações⁷.

O(a)s negro(a)s foram calado(a)s pela sua condição de objeto de trabalho no período escravocrata. Permaneceram sem voz no auge dos processos político-econômicos que colocaram na ordem do dia a abolição. O silenciamento se manteve durante todo o século XX e continua nos dias de hoje, em que são retratado(a)s sempre sob o ponto de vista daqueles que procuraram e insistem em escamotear a realidade do povo negro brasileiro. Mesmo com as conquistas atuais que resultam das lutas dos movimentos negros, a população negra ainda é sub-representada na grande mídia, em que permanece uma exceção à regra geral da invisibilidade, quando o assunto é o protagonismo.

É importante ressaltar que o que está em questão não é apenas a crítica à forma negativa como o(a)s negro(a)s têm sido representado(a)s, mas sim o que está na base dessa representação. Obviamente que o reforço de estereótipos com conotações pejorativas e a invisibilidade serviram e servem para reforçar o “lugar” do(a) negro(a) na sociedade brasileira. Porém, a simples troca de uma imagem negativa por uma positiva não irá mudar a realidade da maioria da população do país. Como afirmam Vaz e Tavares (2003, p.17): “a reparação histórica em relação aos negros e à sua imagem não deverá partir somente da grande mídia, mas sim, de toda a sociedade.”. Mais que isso, é preciso um esforço constante para desvelar fundamentalmente o que sustenta essa representação e sua funcionalidade à manutenção das relações sociais na contemporaneidade. Afinal, o racismo foi e continua sendo um elemento central à confirmação das desigualdades sociais que caracterizam o capitalismo no Brasil. Neste sentido, combater o racismo implica ao mesmo tempo lutar contra o capitalismo.

Referências

BARROS Bruno Mello Correa de; RICHTER, Daniela. A Informação e o consumo de mídia pelos brasileiros: uma ótica do controle e monopólio da difusão da informação a partir da Pesquisa Brasileira de Mídia 2016. *Anais do 4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2017. Disponível em <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2017/6-19.pdf>. Acesso em 03 mar. 2018.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2007.

- GRAMSCI, Antônio. *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos (1916-1935)*. In: Carlos Nelson Coutinho (org.). São Paulo: Civilização brasileira, 2011.
- JAMBEIRO, Othon. *A TV no Brasil do século XXI*. Salvador: EDUFBA, 2001.
- LADEIRA, Francisco Fernandes. O negro na mídia. *Observatório da Imprensa*. Caderno da Cidadania, n. 825, 18 nov. 2014. Disponível em http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/_ed825_o_negro_na_midia/. Acesso em 03 ago. 2016.
- MARTINS, Tereza Cristina Santos. *Racismo no mercado de trabalho: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da “questão social” no Brasil*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2012.
- _____. Racismo, questão social e serviço social: elementos para pensar a violação de direitos no Brasil. *Revista Inscrita*. Brasília, Ano 10, n. 14, p.10-17, 2013.
- MORAIS, Dênis. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, Porto Alegre, vol. 4, n.1, p. 54-77, 2010.
- MOURA, Clovis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Revista Temporalis*, ano 2, n. 3, Brasília: ABEPSS, p. 41- 49, 2001.
- PIERANTI, Octavio Penna. *Políticas públicas para radiodifusão e imprensa: ação e omissão do Estado no Brasil pós-1964*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- RODRIGUES, João Carlos. *O negro e o cinema brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo: Fundação do Cinema Brasileiro-MINC, 1988.
- SACRAMENTO, Marcos. “Quantos senadores negros há no Brasil?”: Angela Davis, a antítese de JB. *Diário do Centro do Mundo*. 27 jul. 2014. Disponível em <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/quantos-senadores-negros-ha-no-brasil-angela-davis-a-antitese-de-jb/>. Acesso em 03 ago. 2016.
- SANTOS, Josiane Soares. *“Questão Social”*: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.
- SANTOS, Hélio. A invisibilidade do Negro. *Revista Fórum*, n. 21, São Paulo, 19 out. 2011. Disponível em <http://www.revistaforum.com.br/2011/10/19/a-invisibilidade-do-negro/>. Acesso em 03 ago. 2016.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em preto e branco: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VAZ, Paulo Bernardo Ferreira; TAVARES, Frederico de Mello Brandão. O negro-mestiço e a narrativa fotojornalística: um outro nos cadernos da cidade. *XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. INTERCOM: Minas Gerais, 2003.

WESTRUP, Ana Carolina. Na tevê e nas ruas, gatilho contra jovens é disparado todo dia. *Carta Capital*, São Paulo, 19 mai. 2015. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/na-televisao-e-nas-ruas-o-gatilho-contra-jovens-negros-e-disparado-todo-dia-700/>. Acesso em 03 ago. 2016.